

**ATA DA 22.ª REUNIÃO,
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO
REALIZADA EM 25 DE JULHO DE 2022**

Aos vinte e cinco dias do mês de julho de dois mil e vinte e dois, reuniu pelas vinte e uma horas, na Sala das Sessões dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal, tendo sido simultaneamente transmitida via *streaming* no sítio institucional do Município e nas instalações do Edifício.

Membros Eleitos presentes na Sessão: José Pedro Providência Santarém Anacoreta Correia, em substituição de Miguel Espregueira Mendes Pereira Leite; José Agostinho de Sousa Pinto; Sebastião José Cabral Feyo de Azevedo; Paulo Jorge Lopes Teixeira, em substituição de Miguel Botelho Gomes Barbosa; Maria Adelina Acciaiuoli Faria Barbosa Ducharne; Fernanda Perpétua Rodrigues; Miguel Almeida Côrte-Real Gomes; Mário Filipe Amorim Faria de Oliveira Lopes; Rui Pedro de Araújo Sá; Susana Salbany Constante Pereira; Maria Isabel Helbling Menéres Campos; Ricardo Jorge Ferraz da Silva Brandão Meireles, em substituição de Odete Maria Alves da Silva Patrício; Sílvia Lopes Soares; Raúl Mário Carvalho Camelo Almeida; Luís Artur Ribeiro Pereira; Rui Carlos Moraes Lage; Fernando Pedro Mouta Monteiro; Maria Isabel do Amaral Antunes Vaz Ponce de Leão; Joana Isabel Teixeira Afonso Rodrigues; José António de Abreu Gonçalves Serôdio; Maria da Graça Sousa Raimundo de Azevedo Laranjeira Vaz; Rui Manuel Lourido Nóvoa; Tiago Francisco Mendes de Vasconcelos Lourenço, em substituição de Manuel Cardoso Monteiro; Paulo Nuno de Carneiro Vieira de Castro; Pedro Schuller de Almeida e Graça Barbosa; Rui Pedro da Silva Afonso; Cândida Paula Oliveira Freitas da Silva Roseira; Sofia da Costa Pimenta de Sá Azeredo; Ana Paula Pinto Coelho Lopes Lobo Cardoso, em substituição de Patrícia Filipa Moreira Teixeira; João Paulo Marques de Carvalho; José Manuel Pinto Varela; Alfredo dos Santos Fontinha; Nuno Miguel Borges

+

Q



Alves Pereira; José Maria Gagliardini Graça da Silveira Montenegro; Elisabete Susana Vieira de Carvalho; Carla Maria Pereira Afonso Leitão; Helena Isabel da Silva Maia; Rodrigo Teodoro Passos; Maria de Fátima Ferreira da Silva.

Presidentes das Juntas de Freguesia presentes na Sessão: Junta de Freguesia do Bonfim, João Luís Ferreira, em substituição de João Ricardo da Silva Lima Tavares de Aguiar; Junta de Freguesia de Campanhã, Paulo Jorge Pinto Ribeiro; Junta de Freguesia de Paranhos, Luís Miguel Seabra de Freitas; Junta de Freguesia de Ramalde, Luís Augusto Bragança de Assunção, em substituição de Patrícia Alexandra Rapazote Trindade e Dinis de Carvalho Escobar; União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, Nuno Filipe Teixeira da Cruz; União das Freguesias de Loredelo do Ouro e Massarelos, Luís Manuel Noura Grabulho, em substituição de Carla Sofia da Silva Soares Maia.

Presidente da Junta de Freguesia ausente na Sessão: Tiago Pedro de Sousa Mayan Gonçalves, União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, tendo, posteriormente, a ausência sido justificada.

Verificando-se a existência de quórum, **o Presidente da Assembleia Municipal, Sebastião Feyo de Azevedo, declarou aberta a Sessão.**

Feita a chamada verificou-se estarem **presentes 40 Membros da Assembleia Municipal.**

– PERÍODO DA ORDEM DO DIA –

(art.º 40.º Regimento)



Assembleia Municipal

Handwritten marks: a checkmark and a signature.

1. Deliberação sobre Autorização prévia da assunção de compromissos plurianuais relativos à Aquisição de serviços de ampliação e reforço da oferta educativa escolar - “Porto de Crianças” e projeto “Crescer com a Música” (CPI/13/2022/DMC).

NUD/390861/2022/CMP

Fernanda Rodrigues, Membro do Grupo Municipal PS, realçou a importância das atividades de coadjuvação curricular enquanto complementos educativos e auxiliares ao apoio familiar.

Perguntou qual seria a regularidade do seu funcionamento, se todas as crianças teriam acesso a todas as atividades, se as atividades previstas para o triénio eram as mesmas desenvolvidas anteriormente e qual o local onde seriam praticadas, se na escola ou num local exterior às mesmas.

Falando do orçamento previsto, disse que lhe parecia insuficiente para atender a todas as atividades planeadas e ao número de crianças abrangidas.

Rui Nóvoa, Membro do Grupo Municipal BE, resumiu a proposta apresentada e o seu propósito.

Disse que o Grupo Municipal BE era favorável ao desenvolvimento de atividades complementares que ajudem a fortalecer outras competências como, por exemplo, a sensibilidade musical, pelo que votariam favoravelmente.

Disse também que era importante que constasse no caderno de encargos a exigência pelo cumprimento da legislação laboral e das regras de contratação pública.

Entrou na Sala José Pedro Anacoreta, Membro do Grupo Municipal RM.

Paulo Vieira de Castro, Líder do Grupo Municipal PAN, disse que era essencial contratar mais serviços de apoio pré-escolar que ajudem não só no apoio ao estudo, mas também no desenvolvimento cultural, musical e desportivo.

Sugeriu que fossem igualmente desenvolvidas atividades extracurriculares relacionadas com a alimentação para ensinar as crianças a respeitar os alimentos, a aprender e praticar os ciclos de produção, criando uma maior empatia com o meio ambiente.

Sílvia Soares, Membro do Grupo Municipal PSD, disse que a proposta acompanhava os procedimentos legais, pelo que seria votada favoravelmente.

Congratulou a Câmara Municipal do Porto por investir e inovar no âmbito da educação complementar nas áreas da cultura, música e educação cívica, entre outras, que contam com o envolvimento de pessoas e instituições ligadas às Universidades, ao Teatro, Dança, Património, Lazer e Ciências.

Disse que estas atividades ajudavam a promover e a melhorar as áreas curriculares tradicionais enquanto desenvolvem competências pessoais em áreas tão diversas como as tecnologias, a filosofia e a arte.

Entraram na Sala Miguel Côrte-Real e Fernando Monteiro, Membros do Grupo Municipal PSD.

Fernando Paulo, Vereador do Pelouro da Educação e Pelouro da Coesão Social, explicou a Fernanda Rodrigues, Membro do Grupo Municipal PS, que a proposta apresentada dizia respeito aos compromissos plurianuais assumidos apenas para algumas atividades, estando outras contempladas dentro de outros compromissos financeiros, dando alguns exemplos. Disse que algumas atividades de apoio familiar como o Judo, a Música e o Desporto estavam disponíveis para todas as crianças dos Jardins de Infância e que cada agrupamento poderá escolher outras atividades suplementares, de acordo com o seu projeto educativo.

Falando do 1.º Ciclo, listou algumas das atividades extracurriculares disponíveis como o loga e a Filosofia, esclarecendo que havia muitas outras disponibilizadas aos agrupamentos escolares por vários Departamentos da Câmara Municipal, como a Cultura e o Património e, ainda, outros programas estabelecidos em parceria com entidades externas. Afirmou que todos os direitos laborais dos professores contratados para estas atividades estavam salvaguardados.

Rui Moreira, Presidente da Câmara Municipal, complementou alguns esclarecimentos dados na intervenção anterior. Concordou que seria sempre possível fazer mais e que era de opinião que muitas das matérias consideradas extracurriculares deviam passar a constar dos currículos educativos, dizendo que a descentralização devia permitir aos Municípios terem uma intervenção mais ativa neste âmbito.

Joana Rodrigues, Membro do Grupo Municipal CDU, disse que tinham sido esclarecidos todos os pontos sobre os quais também tinha dúvidas.

Fez uma observação sobre a situação de alguns trabalhadores das cantinas da Câmara, reconhecendo que estava fora do ponto em discussão.

Disse que a proposta iria ser votada favoravelmente por ser um projeto que investe na educação das crianças da cidade.

Maria Barbosa Ducharne, Membro do Grupo Municipal RM, mostrou-se agradada pelo consenso demonstrado sobre a importância dos programas de desenvolvimento curricular proporcionados pela Câmara Municipal às crianças e às famílias da cidade. Realçou a diversidade temática das atividades desenvolvidas e o foco em competências fundamentais na construção de uma sociedade do futuro mais sustentável e igualitária, congratulando o Executivo pela visão demonstrada.

Rui Sá, Líder do Grupo Municipal CDU, discordou da ideia das Autarquias poderem passar a definir alterações curriculares, que levariam a desigualdades no ensino, defendendo a unidade e uniformidade a nível nacional.

Rui Moreira, Presidente da Câmara Municipal, disse que concordava que teriam de ser sempre mantidas as disciplinas nucleares, mas que estas poderiam ser complementadas com outras matérias adequadas ao contexto geográfico e cultural de cada território.

Reconheceu que nem todos os municípios teriam recursos humanos ou financeiros para implementar estas alterações, mas que o Porto estaria em condições de o fazer.

Susana Constante Pereira, Líder do Grupo Municipal BE, disse que já tinha ouvido o Presidente da Câmara do Porto falar sobre este assunto e que considerava que a flexibilidade dada pelo Ministério da Educação nas matérias curriculares já permitia criar respostas adequadas às realidades locais.

Mencionou que tinham sido feitas algumas experiências parecidas noutros países europeus e que tinham corrido mal, dando o exemplo de uma região que tinha decidido voltar a lecionar o “terraplanismo”.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade.

2. Deliberação sobre autorização para assunção prévia de compromissos plurianuais referentes à Domus Social, E.M.

NUD/395098/2022/CMP

Silvia Soares, Membro do Grupo Municipal PSD, enquadrou a proposta e informou que a mesma seria votada favoravelmente. Disse que a Domus Social era essencial na

manutenção e requalificação do espaço público e das habitações sociais, ações que causavam um impacto positivo na vida dos portuenses.

Mostrou-se agradada com o avanço da obra de um edifício em Paranhos que irá ser reabilitado e readaptado para acolher uma nova creche, indo ao encontro da proposta do PSD para criação de uma rede municipal de creches gratuitas que foi incluída no plano de governação da cidade, mostrando que o Município está na linha da frente no apoio social aos seus cidadãos, antecipando-se até ao Governo Central.

Paulo Vieira de Castro, Líder do Grupo Municipal PAN, falou sobre o protocolo assinado entre a Autarquia e a Domus Social para manutenção de espaços públicos e edifícios e informou que a proposta seria votada favoravelmente.

Joana Rodrigues, Membro do Grupo Municipal CDU, disse que a proposta teria o voto favorável da CDU.

Pedi esclarecimento sobre alguns pontos que não constavam nos documentos apresentados, nomeadamente, se estava prevista a reabilitação do Bairro do Carvalhido e se havia planos para aproveitamento dos espaços circundantes de alguns bairros para construção de parques infantis.

Entrou na Sala Luís Artur Ribeiro Pereira, Membro do Grupo Municipal RM.

Rui Moreira, Presidente da Câmara Municipal, respondeu à questão levantada sobre o Bairro do Carvalhido dizendo que estavam a ser terminados os estudos para a reabilitação do espaço público envolvente, ação inserida no grande ciclo de reabilitação de espaços públicos dos bairros do Porto, que estava agora a terminar.

Concordando que a reabilitação dos espaços exteriores era importante, referiu que era também necessário colocar o foco na recuperação dos espaços interiores das habitações, de modo a criar condições de habitabilidade e conforto que ajudem a transformar



estes locais em simples bairros habitacionais, deixando para trás a conotação de “bairros sociais” tão pejorativa para quem lá habita.

Falou sobre os parques infantis dizendo que têm sido construídos vários parques nos últimos anos, em vários locais da cidade e não apenas em bairros sociais, porque o Executivo acredita numa visão generalista de serviço às crianças e cidadãos do Porto que mistura pessoas e não as isola em bairros, condomínios ou estratos sociais.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade.

3. Deliberação sobre alteração das Condições Gerais do Programa Municipal “PORTO com SENTIDO”.

NUD/401234/2022/CMP

Paulo Vieira de Castro, Líder do Grupo Municipal PAN, falou sobre a subida dos preços das habitações, apresentou alguns números, comparou os dados com períodos anteriores, deu alguns motivos para esta subida e comentou a falta de habitações disponíveis.

Disse que o Município demonstrava, através da proposta apresentada, um esforço no apoio aos cidadãos e informou que seria votada favoravelmente.

Fernando Monteiro, Membro do Grupo Municipal PSD, congratulou o Executivo pelo esforço em aumentar a oferta de habitação disponível e chamar mais famílias de classe média para o Porto.

Apresentou dados estatísticos sobre o arrendamento na cidade para demonstrar a execução oportuna do programa “Porto com Sentido”. Perguntou se haveria a possibilidade de rever os preços de arrendamento do programa de forma a acompanhar os preços atuais de mercado e também se existia alguma estratégia para aumentar a captação de proprietários e imóveis.

Pediu informação sobre a proveniência das famílias que tinham aderido ao programa, isto é, se tinham saído do Porto e voltado ou se sempre viveram na cidade.

Entrou na Sala Sofia Pimenta, Membro do Grupo Municipal RM.

Rui Sá, Líder do Grupo Municipal CDU, disse que o programa tinha fracassado pois não tinha atingido os objetivos iniciais de captação de fogos, nem conseguido converter os alojamentos locais em arrendamentos de média duração, conforme era ideia do Executivo.

Mencionou alguns problemas reportados, por exemplo, a dimensão de algumas casas não cumprir com o regulamento – existindo um imóvel de 17 m² a ser colocado a arrendar –, ou a impossibilidade de os candidatos visitarem as habitações antes de concorrerem ao arrendamento por causa da pandemia, situação que não era aceitável.

Analizou a diferença de valores entre os subsídios dados pela Câmara nos programas “Arrendamento Acessível” e “Porto com Sentido” e perguntou qual era o objetivo real do Executivo para a habitação na cidade.

Disse que gostaria também de ter acesso aos dados relativos à proveniência das famílias que se estão a candidatar ao programa.

Susana Constante Pereira, Líder do Grupo Municipal BE, disse que os alertas para o problema no acesso à habitação em Portugal já tinham surgido anteriormente, referindo-se às declarações prestadas pela Relatora das Nações Unidas durante uma visita a Portugal, em 2016. Falou sobre um levantamento efetuado, em 2017, pelo IHRU – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana que recolheu dados sobre as famílias com carência habitacional, números esses que podem ter aumentado de acordo com opinião manifestada em 2019 pela Senhora Secretária de Estado da Habitação, Arq. Ana Pinho.

Disse que, em cenário de pós-pandemia, de guerra e inflação, o programa “Porto com Sentido” privilegia a construção de novas habitações e o apoio financeiro aos privados,



promovendo o seu enriquecimento à custa dos mais fracos, citando algumas frases famosas proferidas por Warren Buffett e pelo Barão de Rothschild a propósito deste contexto.

Falou sobre o insucesso do programa, citando o baixo número de contratos assinados e a falha na conversão de alojamentos locais em arrendamentos de média duração, conforme era proposto no programa inicial.

Disse que a proposta agora apresentada continuava a não considerar a captação de imóveis vazios e que o valor das rendas pós-subsídio se mantinha alta para a maioria dos candidatos.

Falou sobre as propostas apresentadas pelo BE para a criação de uma Carta Municipal de Habitação e outras propostas sobre habitação, que não foram aproveitadas.

Pedro Baganha, Vereador do Pelouro do Urbanismo e Espaço Público e Pelouro da Habitação, respondeu às questões colocadas dizendo que a inflação não agravaria o valor das rendas para os arrendatários mas que a Câmara Municipal teria de atualizar o valor de comparticipação aos senhorios.

Informou que ainda não tinham o relatório final sobre a proveniência dos candidatos, mas que o programa era destinado a pessoas que residissem na cidade do Porto há quatro anos ou que aí trabalhassem há seis meses.

Disse que era a vontade de acelerar o programa que trazia a presente proposta a discussão, que tem como objetivo criar um mercado de arrendamento acessível também para a classe média, algo nunca antes posto em prática, cumprindo os desígnios de uma verdadeira política de habitação pública.

Dirigindo-se ao Líder do Grupo Municipal CDU, Rui Sá, disse que seria impossível ter sido arrendado um apartamento com 17 m², pois era exigido um mínimo de 40 m² para poder entrar no programa, pedindo que lhe fossem dadas mais referências para poder averiguar a situação.

Referiu que a escolha de compartilhar o arrendamento de imóveis já existentes permitia colocar habitação acessível no mercado a um ritmo mais rápido, comparado com o tempo que levaria a construir novos fogos.

Esclareceu que a transformação de alojamento local em arrendamento de média e longa duração era apenas uma ideia complementar ao programa, que tinha surgido em contexto específico de pandemia.

Terminou, dizendo que o Município tinha 10% dos fogos do Centro Histórico do Porto - zona da cidade mais pressionada pela atividade turística - disponibilizados para arrendamento, promovendo a mistura social e populacional idealizada para a cidade.

Rui Moreira, Presidente da Câmara Municipal, disse que 3% da habitação do país pertence ao Estado Central, sendo o objetivo do Primeiro-Ministro chegar aos 5%, número insuficiente para fazer face à procura de habitação acessível e social.

Fez algumas observações sobre a intervenção da Líder do Grupo Municipal BE, Susana Constante Pereira, a propósito do período de vulnerabilidade vivido, dizendo que o aproveitamento de situações económicas desfavoráveis é transversal no tempo e ideologias, referindo-se a um caso conhecido que envolveu no passado um Membro do Bloco de Esquerda, Ricardo Robles.

Agostinho de Sousa Pinto, Membro do Grupo Municipal PS, lembrou que a Constituição Portuguesa garante o acesso à habitação e que este é um assunto que devia estar isento de ideologias políticas, exigindo dos governantes e intervenientes políticos um compromisso com a busca de soluções para a falta de habitação.

Disse que o Grupo Municipal PS fazia uma avaliação positiva da proposta agora apresentada mencionando alguns dos seus pontos, como a dispersão da oferta e o novo foco nas famílias monoparentais, informando que iriam votar favoravelmente.



José Maria Montenegro, Membro do Grupo Municipal RM, disse que o programa “Porto com Sentido” era ambicioso mas não um fracasso, tendo em conta que o Porto já detinha 15% de toda a habitação acessível a nível nacional, sendo um exemplo.

Justificou a revisão do programa com a necessidade de alteração de algumas regras iniciais que impediam a aceitação de muitas das candidaturas apresentadas por proprietários, nomeadamente as áreas das habitações ou a sua localização.

Disse que o que estava a ser proposto não era o financiamento de construção de imóveis para arrendamento mas sim a captação de propriedade privada para colocar no mercado de rendas acessíveis, estando o financiamento alocado às rendas.

Disse depois que a Câmara Municipal do Porto seguia uma política de habitação pública que procurava apoiar todas as classes sociais e tipos de famílias, sem qualquer discriminação.

Fernando Monteiro, Membro do Grupo Municipal PSD, falou sobre os critérios de elegibilidade para o programa pedindo para ser analisada a hipótese de acrescentar um critério que permitisse que as famílias que tivessem saído do Porto por motivos financeiros e quisessem voltar se pudessem também candidatar.

Dirigiu-se aos Grupos Municipais CDU e BE dizendo que não tinham apresentado nenhuma alternativa às ideias apresentadas nas suas intervenções, apenas críticas, pelo que seria talvez melhor não intervir, numa referência direta a Susana Constante Pereira, Líder do Grupo Municipal BE.

Rui Moreira, Presidente da Câmara Municipal, referiu-se à intervenção de Rui Sá, Líder do Grupo Municipal CDU, e sobre o entendimento do mesmo sobre o que deve ser a política de habitação pública, para dizer que, no Porto, existe um fogo público por cada dezoito habitantes, número que poderá não ser considerado suficiente mas, comparativamente a alguns Municípios governados pela CDU, que listou, está muito acima na

prestação de habitação acessível. Disse que as Áreas Metropolitanas, enquanto agregadoras de população, têm efetivamente um problema de habitação, mas têm procurado resolvê-lo não só através de soluções públicas mas também privadas, o que considera ser mais razoável.

Rui Lage, Líder do Grupo Municipal PS, disse que o PS tinha sido sempre favorável ao programa “Porto Sentido”, que surgiu em contexto de pandemia e tentou aproveitar o grande número de imóveis de alojamento local vazios para os tornar em habitação de arrendamento acessível.

Disse que este processo colocaria habitações no mercado de uma forma muito mais rápida, tendo em conta os prazos de construção e o contexto atual de subidas de preços. Contrariou a ideia de que o programa tinha sido um insucesso pois tinha alojado já várias famílias e reforçou a ideia de que os problemas de habitação só serão resolvidos com a combinação de várias soluções.

Deliberação: Aprovada, por maioria, com 39 votos a favor (19 RM + 9 PS + 9 PSD + 1 PAN + 1 CH) e 6 votos contra (3 CDU + 3 BE).

Rui Sá, Líder do Grupo Municipal CDU, apresentou a seguinte declaração de voto oral:

“ Gostaria de dizer que o nosso voto contra, tal como o fizemos quando o programa foi lançado, porque considerámos que o mesmo coloca a tónica em salvar os senhorios e não em resolver os problemas habitacionais das pessoas.

Infelizmente, isso continua a verificar-se.

Tivemos oportunidade, no mandato anterior, de convocar duas Assembleias Municipais Extraordinárias sobre o tema da habitação, onde apresentámos as nossas propostas todas para a habitação.

Em 2001, apresentámos uma proposta de pacto de regime a todas as forças partidárias para resolvermos o problema da habitação no Porto com propostas concretas que, infelizmente, não foram concretizadas.

Daí, votarmos agora contra a proposta que, embora tenha uma melhoria do ponto de vista das famílias de maior dimensão, do ponto de vista da construção para arrendamento parece-nos que piora o que já existia.

E, por último, também votamos contra porque nos podemos enganar mas não mentimos e, quando falei que havia uma habitação com 17,5 m², foi no 5.º concurso, Rua do Bolhão 45-47, 1.º andar direito traseiras, com rendas entre os 175 e os 250 euros.

E, dizer-vos também que, efetivamente, no atual 15.º concurso que está em vigor, o ponto 14.º do Regulamento diz “marcações de visitas no atual contexto de pandemia: as habitações só poderão ser visitadas na respetiva atribuição, na sequência do sorteio, pelo candidato sorteado ou outro membro do seu agregado familiar, mediante inscrição por via telefónica.

Portanto, é esta a situação. Quem escolhe casa só a pode ver depois da marcação, de acordo com o regulamento, pelo menos.”

O Presidente da Assembleia Municipal, Sebastião Feye de Azevedo, informou o Plenário que, conforme acordado previamente em reunião da Comissão Consultiva de Apoio à Mesa, **os Pontos n.º 4 e 5 seriam discutidos em conjunto e votados em separado.**

4. Deliberação sobre autorização para assunção prévia de compromissos plurianuais referentes à Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, E.M., S.A.

NUD/401051/2022/CMP

5. Deliberação sobre o 3.º aditamento ao Contrato Programa entre o Município do Porto e a Porto Vivo, SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto E.M.,S.A.

NUD/401203/2022/CMP

Elisabete Carvalho, Membro do Grupo Municipal BE, disse que a cidade do Porto continuava a ter uma carência de habitação a preços acessíveis o que causava o afastamento das pessoas com rendimentos mais baixos da cidade.

Falou sobre a reabilitação das ilhas do Porto e dos programas de financiamento disponíveis para este efeito.

Deu o exemplo do projeto previsto para a ilha da Lomba, propriedade privada – tal como a maioria das Ilhas do Porto – que foi comprada pela Câmara Municipal e que irá ser reabilitada e requalificada, saudando esta decisão como um modelo que serve uma política de habitação pública.

Falou sobre o Gabinete de Apoio Técnico a Proprietários de ilhas, sobre os programas de financiamento disponíveis e sobre a “Carta Municipal de Habitação”, que considera ser fundamental para permitir o uso de alguns instrumentos como, por exemplo, o exercício do direito de preferência sobre alguns imóveis. Deu alguns exemplos de requalificações de imóveis que permitiram disponibilizar mais habitações a preços acessíveis e informou que ambas as propostas seriam votadas favoravelmente.

Nuno Borges, Membro do Grupo Municipal PSD, disse que, face ao crescimento verificado na área de atuação da Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, era necessário dotá-la de um reforço financeiro.

Falou sobre a reabilitação de alguns imóveis na baixa do Porto, as suas características e importância.



Resumiu os objetivos do programa 1.º Direito e saudou a criação do serviço de atendimento especializado para proprietários de ilhas como forma de tornar mais acessível e facilitar as candidaturas aos programas disponíveis.

Informou que ambas as propostas seriam votadas favoravelmente.

José Manuel Varela, Membro do Grupo Municipal CDU, fez um resumo das propostas e reconheceu a importância da maior parte dos pontos apresentados, nomeadamente a proposta de compra e reabilitação de algumas ilhas no Porto tão importantes para a coesão social e o conjunto habitacional da cidade.

Informou que as propostas seriam votadas favoravelmente.

Paulo Vieira de Castro, Líder do Grupo Municipal PAN, fez uma descrição do conteúdo das propostas apresentadas, os objetivos das mesmas e informou que ambas teriam voto favorável.

Raúl Almeida, Líder do Grupo Municipal RM, congratulou a discussão à volta do tema apresentado.

Disse que a Câmara intervirá apenas nas ilhas que sejam passíveis de reabilitação e tenham uma importância social na cidade, como forma de manter a sua especificidade cultural e melhorar as condições de vida de quem lá habita. Considerou a reabilitação da ilha da Lomba um exemplo da política pública de habitação do Executivo. Disse que o gabinete de apoio às candidaturas ao programa 1.º Direito era muito importante para a relação entre o Município e os cidadãos, terminando a sua intervenção.

Rui Lage, Líder do Grupo Municipal PS, considerou o reforço do apoio à SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto muito importante e útil para a política de habitação da cidade.

Referiu um inquérito feito pela Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto que demonstra que voltaram a surgir problemas de insalubridade e saúde pública nas ilhas do Porto, problema que se pensava pertencer ao passado e que é preocupante.

Falou sobre o gabinete de atendimento ao 1.º Direito, sobre o IHRU – Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana e sobre os programas de financiamento disponíveis para a construção e recuperação de imóveis.

Informou que votariam ambas as propostas favoravelmente.

Ausentaram-se na Sala Rui Sá, Líder do Grupo Municipal CDU, **Isabel Menéres Campos, José Maria Montenegro e José Pedro Anacoreta,** Membros do Grupo Municipal RM.

Deliberação Ponto n.º 4: Aprovada, por unanimidade.

Deliberação Ponto n.º 5: Aprovado, por unanimidade.

Entraram na Sala Rui Sá, Líder do Grupo Municipal CDU, **Isabel Menéres Campos, José Maria Montenegro e José Pedro Anacoreta,** Membros do Grupo Municipal RM.

6. Deliberação sobre Celebração do Contrato-Programa no âmbito do Pacto do Porto para o Clima e da Missão Europeia “Cidades Inteligentes e com um Impacto neutro no Clima”, com a Empresa Municipal de Ambiente do Porto, E.M., S.A.

NUD/408708/2022/CMP

Helena Maia, Membro do Grupo Municipal PS, elogiou a forma como foram conduzidos os trabalhos da Comissão Municipal do Ambiente, da qual faz parte.

Apresentou alguns números e objetivos do Pacto do Porto para o Clima.



Explicou que a Câmara Municipal do Porto não possui todos os instrumentos necessários para fazer as medições e avaliar o impacto ambiental, precisando de estabelecer parcerias para o efeito.

Disse que o Partido Socialista se identifica com esta decisão por estar em linha com a Lei de Bases do Clima, aprovada em 2021, que tenta combater o caos climático e prevenir consequências sociais e económicas negativas.

Sugeriu que fosse criado um Conselho para monitorizar o programa e as suas reais concretizações e conquistas.

Perguntou ao Executivo qual a data prevista para o lançamento do site PortoEnergyHub.pt.

Filipe Araújo, Vice-Presidente da Câmara Municipal, informou que o site PortoEnergyHub.pt, que pretende prestar apoio na escolha de soluções com maior eficiência energética, já estaria disponível.

Rui Moreira, Presidente da Câmara Municipal, disse que o Porto era reconhecido como uma das cem cidades europeias mais vanguardista em questões climáticas.

Disse também que o maior desafio após a assinatura do pacto de intenções será o combate ao *greenwashing*, sendo necessário chamar todos os atores aos processos e monitorizar e medir os impactos reais através de instrumentos atuais e fidedignos.

Falou sobre a utilização do transporte individual e sobre o e-commerce, dizendo que era necessário mudar mentalidades e hábitos e pedindo o envolvimento de todas as forças políticas nesta reflexão e planeamento. Chamou a atenção para a urgente necessidade de implementação de medidas de proteção do clima, tendo em conta a rápida deterioração verificada, que causará grandes mudanças e impacto na vida das pessoas.

Paulo Vieira de Castro, Líder do Grupo Municipal PAN, confirmou o compromisso em colaborar com o Executivo no planeamento e execução de políticas para o combate às alterações climáticas.

Falou sobre a Lei de Bases do Clima, o Pacto do Porto para com o Clima e apresentou alguns dos objetivos que pretendem atingir.

Referiu um processo levantado contra Portugal pela União Europeia por causa da má qualidade do ar, causada sobretudo pela circulação rodoviária, mencionando o esforço empreendido pelo Porto na tentativa de retirar automóveis do centro da cidade.

Falou também na importância do reforço da cobertura vegetal nas cidades e mencionou alguns dados publicados pela Agência Europeia do Ambiente.

Informou que votaria a proposta favoravelmente.

Rodrigo Passos, Membro do Grupo Municipal PSD, disse que a proposta seria votada favoravelmente.

Falou sobre as alterações climáticas já verificadas na cidade do Porto e na urgência de estabelecer um plano estratégico para as mitigar.

Disse ser necessário transformar palavras em atos políticos e elogiou a intervenção do Ministro do Ambiente, Duarte Cordeiro, que demonstrou vontade em mudar as políticas portuguesas em prol do clima. Mostrou-se preocupado com a necessidade simultânea de se atingir a neutralidade carbónica e de combater a pobreza em Portugal, situações que na sua opinião não poderão ser resolvidas ao mesmo tempo. Pediu a implementação de compromissos e pactos a nível local, por acreditar que serão os Órgãos Locais aqueles que tomarão a liderança nas ações em favor do clima. Lembrou também a necessidade de políticas que premeiem aqueles que cumprem as metas estabelecidas e penalizem todos os outros que ajam contra este interesse nacional.

Rui Sá, Líder do Grupo Municipal CDU, classificou as mais recentes políticas europeias como sendo contrárias às metas estabelecidas para a neutralidade carbónica, referindo-

se à autorização dada para utilização de gás natural, carvão e gasóleo para produção de energia, em contexto de guerra.

Manifestou preocupação e chamou a atenção do Executivo para esta questão, pedindo que manifestasse o seu desacordo junto das esferas competentes.

Mostrou-se surpreendido pela gestão do contrato ter sido entregue à Empresa Municipal de Ambiente do Porto e não às Águas e Energia do Porto, que considera ser mais experiente e ter mais competência neste tipo de matérias, pedindo ao Executivo que explicasse esta decisão.

Filipe Araújo, Vice-Presidente da Câmara Municipal, mostrou-se satisfeito com o consenso manifestado na discussão do tema apresentado.

Respondeu à questão colocada dizendo que se trata de um protocolo que envolve todas as estruturas municipais na ação pelo clima, em coerência com as políticas desenhadas e as metas estabelecidas, que colocam o Porto num patamar de reconhecimento internacional.

Susana Constante Pereira, Líder do Grupo Municipal BE, disse que o Pacto do Porto para com o Clima seria subscrito pela Concelhia do Porto do Bloco de Esquerda.

Congratulou as políticas implementadas na cidade do Porto para chegar à neutralidade carbónica em 2030 e que trouxeram à cidade o reconhecimento internacional.

Sugeriu outras medidas a serem estudadas e implementadas, como um novo modelo de mobilidade coletiva, a gestão pública da rede de energia ou a impermeabilização dos solos. Pediu para ser implementado um sistema de monitorização que meça a eficácia das medidas implementadas.

Terminou, dizendo que aguardaria com expectativa a opinião sobre a sua intervenção do Membro do Grupo Municipal PSD, Fernando Monteiro.



Raúl Almeida, Líder do Grupo Municipal RM, elogiou a convergência de opiniões sobre o assunto em discussão.

Falou sobre o retrocesso nas ações a favor do clima causado pela Guerra na Ucrânia. A propósito do reconhecimento internacional das políticas implementadas na cidade do Porto, disse que o Senhor Presidente da Câmara tinha tido um discurso realista ao corresponsabilizar toda a sociedade pela futura sustentabilidade do planeta, essencial na vida económica das cidades e no modo de vida dos cidadãos.

Deixou uma última nota, dizendo que a Empresa Municipal de Ambiente do Porto tinha todas as condições e competências para assumir a gestão do contrato, pelo que subcrevia a proposta.

Fernando Monteiro, Membro do Grupo Municipal PSD, esclareceu Susana Constante Pereira, Líder do Grupo Municipal BE, dizendo que não havia nenhuma tentativa da sua parte de restringir a liberdade de expressão ou a apresentação de opiniões, apenas não poderia concordar com todas as intervenções realizadas.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

E nada mais havendo a tratar, **o Presidente da Assembleia Municipal, Sebastião Feyo de Azevedo, leu e submeteu à votação a Minuta da Ata que foi aprovada, por unanimidade, declarando encerrada a Sessão, eram 00h00.**

O Presidente da Assembleia Municipal

Sebastião Feyo de Azevedo

k



Assembleia Municipal

A Primeira Secretária

Isabel Menéres Campos

Isabel Menéres Campos